

Uma nova visão para a Gestão Pública

Perceber o elefante

Teodora Cardoso

SNC | **AP**

Quidgest

Activos fixos tangíveis
Bens do património histórico e artístico e cultural
Propriedades de investimento
Activos intangíveis
Investimentos financeiros
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
Activo financeiro
Inventário
Clientes
Adiantamentos
Imposto e outros encargos
Outros activos financeiros
Outros activos financeiros
Total do activo
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO
Fundos patrimoniais
Fundos
Excedentes técnicos
Reservas
Resultados transitados
Excedentes de revalorização
Guerras variáveis nos fundos patrimoniais
Resultado líquido do período
Total do fundo de capital
Passivo
Passivo não corrente
Provisões
Provisões específicas
Financiamentos obtidos
Outras contas a pagar
Passivo corrente
Fornecedores
Adiantamentos de Clientes
Estado e outros entes públicos
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
Financiamentos obtidos
Rendimentos a Reconhecer
Outras contas a pagar
Outros passivos financeiros

The Whole Elephant



SNC|AP
Quidgest



The Whole Elephant: A Proposal for Integrating Cash, Accrual, and Sustainability-Gap Accounts
<http://blog-pfm.imf.org/pfmblog/2016/02/the-whole-elephant-a-proposal-for-integrating-cash-accrual-and-sustainability-gap-accounts.html>

- **Para melhor gerir os recursos comuns dos portugueses: reforma do processo orçamental**

Publicação ocasional n.º 1/2014

Teodora Cardoso

<http://www.cfp.pt/publications/para-melhor-gerir-os-recursos-comuns-dos-portugueses-reforma-do-processo-orcamental/#.V3D-RPkrJzU>

- As instituições portuguesas nos domínios macro e microeconómicos da política orçamental não sofreram a transformação necessária para as tornar compatíveis
 - nem com o quadro europeu
 - nem com a evolução a nível internacional
 - nem com os interesses do país

- A gestão financeira pública permaneceu circunscrita a um plano meramente legalista, de cumprimento de procedimentos assentes numa lógica de centralização num Ministério das Finanças, supostamente todo-poderoso
- O enquadramento estritamente anual do orçamento, em base de caixa, levava ao incrementalismo e à gestão do ciclo político como eixos do processo de decisão

- Esse enquadramento desincentivava a criação de um sistema de informação para decisão abrangente, cobrindo a totalidade das instituições integrantes do sector público, numa óptica de compromissos e de value for money [busca do melhor equilíbrio entre os “4 E”: economia, eficiência, eficácia e equidade], que permitisse avaliar as decisões para além do seu impacto directo e imediato

- O enquadramento de médio prazo deve constituir a base para a definição da política fiscal e dos limites de despesa a observar ao longo da sua vigência
- O conhecimento antecipado desses limites permitirá aos gestores das diferentes entidades públicas planear a sua actividade por forma a obter ganhos de eficiência e resolver os inevitáveis conflitos entre aplicações alternativas de fundos
- Eventuais ultrapassagens dos limites em alguns sectores têm de ser compensados por menores gastos noutros, dando origem à avaliação aprofundada dos trade-offs em jogo



- Esta metodologia supõe o registo e reporte detalhado, rigoroso e atempado de todas as despesas e compromissos assumidos, segundo padrões de contabilidade de acréscimo comuns a todas as entidades, permitindo a respectiva consolidação e, por conseguinte, o acompanhamento da situação global
- o sistema legalista e centralizado de controlo das despesas públicas não favoreceu a visão da contabilidade como instrumento de gestão
- permaneceu o vazio quanto ao reporte centralizado, que o POCP – em linha com o próprio processo orçamental – não exigia

- Permaneceram lacunas muito importantes a nível orçamental, em particular no respeitante às operações transversais e à definição abrangente do sector público
- Não foi resolvido o problema de centralização e consolidação das operações do conjunto das administrações públicas
- A contabilidade analítica prevista no plano não foi operacionalizada, embora constitua uma base fundamental para avaliação do *value for money* dos serviços e das políticas públicas e para a atribuição de prioridades entre elas

- Necessidade de um Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira permitindo
 - automatizar e integrar os processos de gestão financeira pública
 - fornecer informação centralizada em tempo real para
 - A gestão de tesouraria
 - A execução orçamental
 - A definição e ajustamento da política orçamental, respeitando as prioridades das políticas públicas